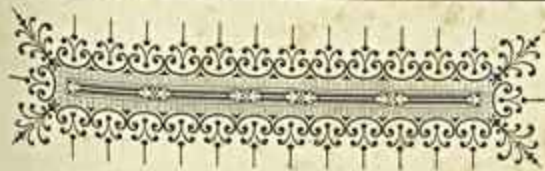


OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Precos da assignatura	Anno	Semest.	Trim.	N.º	14.º ANNO — VOLUME XIV — N.º 446	REDACÇÃO—ATELIER DE GRAVURA—ADMINISTRAÇÃO
	36 n.º*	18 n.º*	9 n.º*	à entrega		
Portugal (franco de porte, m. forte)	38800	18900	6950	8120	II DE MAIO DE 1891	LISBOA L. DO POÇO NOVO, ESTRADA PELA T. DO CONVENTO DE JESUS, 4
Possessões ultramarinas (idem)...	46000	28000	—	—		
Extrang. (união geral dos correios)	56000	28500	—	—		

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados de seu importe, e dirigidos á administração da Empresa do OCCIDENTE, sem o que não serão attendidos. — Editor responsavel Caetano Alberto da Silva.



CHRONICA OCCIDENTAL

«Papagaio perdeu a penna não ha mal que lhe não chegue» diz um velho dictado.

O nosso pobre Portugal está-se parecendo muito com o papagaio que perdeu a penna. Os males vão-se lhe chegando todos, e as crises surgem por toda a parte como cogumellos em terreno lodoso, em tempo de chuva.

Depois da crise internacional, provocada pela desastrosa questão ingleza, tem vindo todas as crises, a crise politica, a crise financeira, a crise monetaria, a crise bancaria e até a crise theatral, que sendo com certeza a que importa menos á grande maioria do publico, importa-nos muito a nós que nos occupamos muito mais de arte, de theatro, de litteratura, que de politica e de finanças, e importa seguramente muito tambem a todos que tem amor á nossa arte dramatica, esse ramo especial de bellas artes, que mais descurado tem sido por todos os governos, mas que por uma singular coincidência tem sido aquelle que mais gloria tem dado ao nosso paiz, que mais brilho e lustre lhe tem valido no estrangeiro.

A crise theatral manifestou-se ha semanas, como disse-mos na nossa ultima chronica, no theatro de D. Maria, e essa crise produziu sensação no paiz, apesar de todas as outras crises que trazem preocupado o publico, e toda a imprensa sem distincção de côres politicas se referiu largamente a ella.

Soube-se que n'uma assembléa geral dos sociarios do theatro de D. Maria, os actores João e Augusto Rosa, tinham apresentado a sua demissão de sociarios e até mesmo de artistas d'aquelle theatro, e esta noticia causou profundo sobresalto em todos que se importam com coisas de theatro, pois a ausencia de dois dos nossos primeiros artistas, da scena que devia ser a primeira de Portugal representava immediatamente uma crise theatral e crise grave.

D'alli a dias outra noticia que constou cá fóra, veio ainda augmentar a gravidade d'essa crise. O

actor Brazão imitando os seus dois collegas despediu-se tambem do theatro de D. Maria e toda a gente perguntava o que havia de ser do nosso primeiro theatro, saindo de lá os tres artistas que hoje são inegavelmente os tres primeiros da nossa terra, e primeiros muito distanciados dos segundos, porque da incuria com que se tem tratado as nossas coisas de theatro, tem resultado um estacionamento completo, a falta absoluta de artistas novos que vão seguindo as pisadas dos antigos, e que estejam aptos a substituil-os quando por acaso elles faltem.

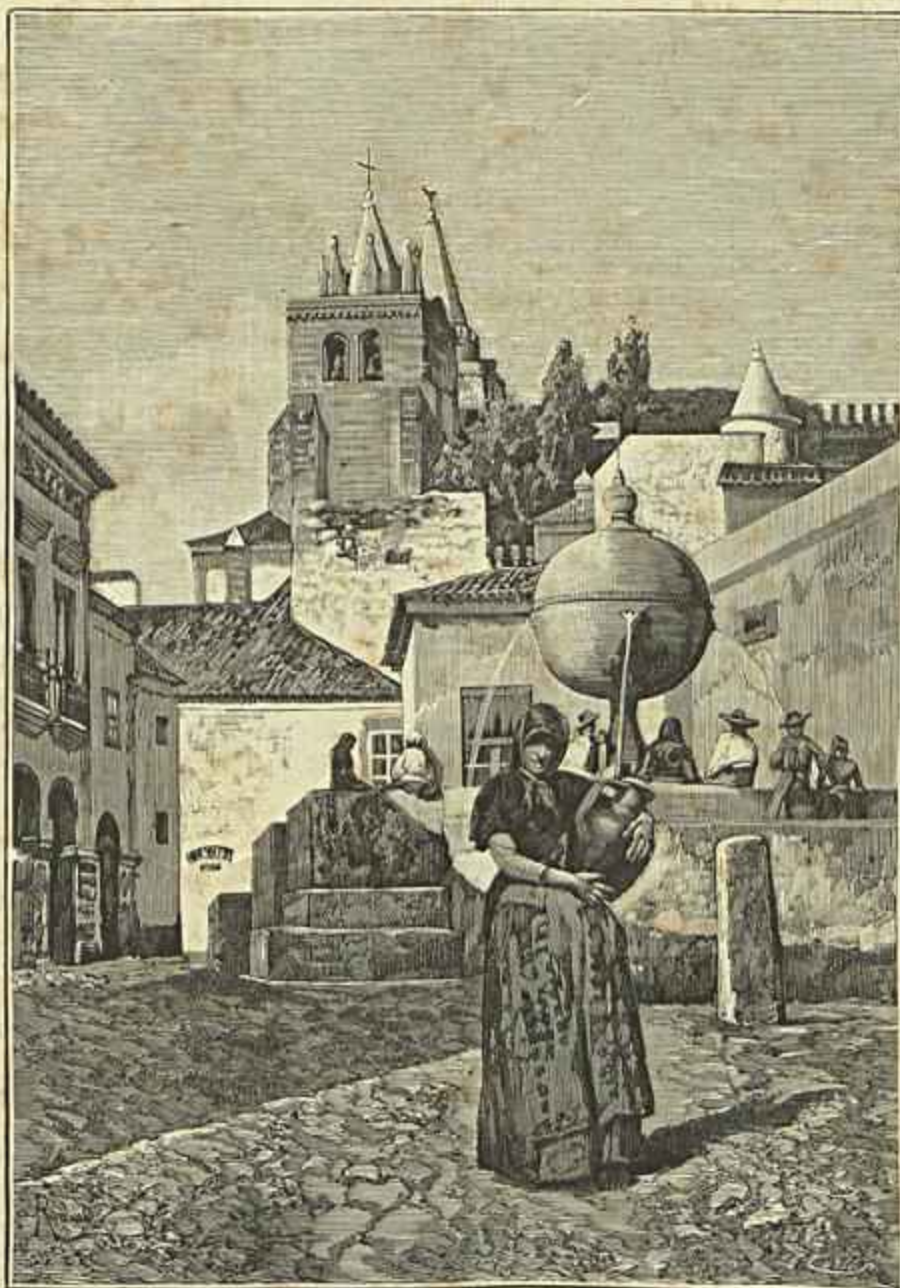
A crise theatral estava aberta, e a imprensa occupando-se d'ella, insistia na necessidade de dar a essa crise uma solução rapida e satisfatoria, alguns jornaes apontavam a necessidade do governo intervir, de olhar uma vez ao menos a serio para o theatro portuguez.

Entretanto, porém, a sociedade artistica emprezaria do theatro de D. Maria, reconhecendo a gravidade da crise, tratou de procurar a maneira de a sanar, de a resolver, e finalmente achou uma resolução, que oxalá seja resolução e dê os fructos que a empresa calcula.

Essa resolução foi, ao que dizem os jornaes, que parecem mais bem informados, a substituição da antiga commissão directora — que era composta de tres membros — João, Augusto Rosa e Brazão — por um unico director-gerente, com attribuições muito mais limitadas que as da antiga commissão directora, e tendo de ouvir a miudo a assembléa geral da sociedade para a resolução dos principaes negocios do theatro.

A sociedade emprezaria escolheu para esse cargo um dos seus artistas escripturados que deixará de ser actor, passando a ser sociario, o sr. Carlos Posser, e a escolha foi acertadissima, porque Posser é um homem muito

EXPOSIÇÃO DO GREMIO ARTISTICO



PORTA DA MOURA EM EVORA — QUADRO DE A. RAMALHO

Vid. artigo «Exposição do Gremio Artístico», pag. 78 — (Segundo photographia)

inteligente, muito honesto, muito serio, muito trabalhador, d'uma grande hombridade de caracter, e que se não tem um grande nome artistico tem grande pratica de coisas de theatro e todas as qualidades para ser um bom administrador.

Entre tanto no theatro de D. Maria tem havido até hoje dois grandes escolhos na sua administração: a admissão d'artistas novos, e a admissão de peças originaes, e esses dois escolhos não me parecem de nenhuma maneira vencidos com a nova remodelação de serviços, que soffreu a organização interna da Sociedade.

E' claro que sendo o theatro de D. Maria o primeiro theatro do paiz, o mais graduado, é elle justamente o ponto de mira, o sonho dourado de todos os artistas que nos outros theatros fazem a sua carreira, mas até hoje esses artistas tem todos encontrado sempre fechadas as portas d'aquelle theatro.

Incompleta, — porque o está inegavelmente, e para ter d'isso a prova basta ver a desigualdade enorme de desempenho que ali tem quasi todas as peças, — a companhia do theatro de D. Maria, nunca tratou de se completar, aproveitando elementos novos que podia ir buscar a outros theatros e que tendo já dado provas praticas e brilhantes dos seus meritos, poderiam ali, na convivência dos mestres ir-se aperfeiçoando, e preparando para um dia os substituirem convenientemente.

Não citamos nomes, porque não temos procuração de ninguem para metter requerimento de admissão no theatro de D. Maria, nem queremos de forma alguma ir prejudicar as empezas dos outros theatros lembrando raptos de alguns dos seus principaes artistas, mas nem é preciso citalos porque esses nomes de actores e de actrizes que estão fóra do theatro de D. Maria e que deviam ter lá dentro lugar e lugar honroso, andam na bocca de todos.

Porque não estão esses artistas no theatro de D. Maria?

Porque não são lá precisos? Evidentemente que não porque não ha ninguem que não reconheça as lacunas enormes que ha no elenco da companhia e no bom desempenho das peças que ali se dão.

Porque não querem ir para lá? Não, porque ninguem os convidou para isso, e alguns mesmos tem solicitado a entrada e tem-lhe sido recusada.

E' portanto evidente que se elles lá não estão é porque a sociedade empezaria lá os não tem querido, e ficando como estava a admissão de novos artistas a cargo d'essa mesma sociedade e não do seu director — porque a admissão d'artistas novos é resolvida em assemblea geral — esses artistas continuarão a lá não entrar pelo mesmo motivo porque não tem entrada até hoje, e a companhia continuará incompleta, e incompletos e deficientes os ensembles das peças.

Acerca da admissão de peças originaes a questão complicou se em vez de simplificar.

Até agora a admissão das peças era da competencia da commissão directora do theatro: isto é, de tres dos societarios, precisamente dos mais graduados artisticamente; agora passa a ser da competencia d'um comité de leitura formado por toda a sociedade empezaria, e pelo director e pelo ensaiador do theatro.

Todas as peças originaes serão submettidas a esse comité que votará a sua admissão ou rejeição em escurtinio secreto, com espheras brancas e pretas.

Esta innovação não resolve coisa nenhuma, das difficuldades antigas e é perfeitamente odiosa.

Alguns dos nossos collegas referindo-se a esta submissão das peças originaes a um comité formado por todos os societarios e societarias do theatro de D. Maria, tem-se revoltado contra ella protestando contra a competencia d'alguns dos julgadores.

Não é isso que nos parece humilhante nem odioso.

Todos os auctores dramaticos tem que submeter as suas peças ao julgamento do empezario do theatro em que essas peças se representam, e portanto sendo essa sociedade a empeza do theatro de D. Maria, é natural que as peças tenham que ser submettidas a essa sociedade; mas contra o que nós nos insurgimos é contra a votação secreta, contra a fava preta anonyma de que a mais completa obra prima não pode estar livre, contra a qual ninguem se pode garantir e que ao passo que é uma affronta para o auctor, é ao mesmo tempo um perigo para a peça, porque já se começa a fazer opinião acerca da peça antes d'ella se apresentar ao publico.

Allega-se em defesa d'este processo de critica dramatica por meio de favas pretas que é elle o processo da admissão das peças na *Comédie Française*.

Em primeiro lugar, cada terra com seu uso, cada roca com seu fuço e não percebeo muito bem essa defesa, d'uma coisa indefensivel, que se limita a allegar o ella já existir n'outra parte.

Em segundo lugar a defesa é inhabil e cae pela base, porquanto na propria *Comédie Française* esse processo da votação secreta estabelecido no regulamento de 23 de dezembro de 1757, foi revogado, d'ali a 9 annos, pelo regulamento de 1 de julho de 1766.

Segundo o regulamento de 1757 — que, como veem, tem já uma idade muito respeitavel — a votação para admissão das peças era feita por escurtinio secreto, mas os actores e actrizes eram obrigados a guardar segredo absoluto sobre o que se passava n'essas assembleas sob pena de serem privados do seu voto deliberativo e do seu direito de presença, de tal modo o regulamento comprehendia já o odioso que havia n'essas votações e o mal que ellas podiam fazer tanto aos auctores como ás peças.

O regulamento de 1766 modifica sensivelmente o processo da admissão das peças. Antes da peça ser submettida ao comité de leitura era lida por um examinador. Se achava que ella devia ser admittida á leitura, muito que bem, ia para o comité, se achava que não, tinha que dar as razões d'isso por escripto — *d'une manière très honnête* e essas razões eram entregues ao auctor juntamente com a peça recusada.

Quando a peça era admittida a leitura, era lida ao comité e cada actor ou cada actriz que tinha adquirido voto deliberativo, já pelos seus serviços, já pela sua capacidade, devia dar por escripto os seus motivos d'accepção e de recusa, motivos que eram lidos ao auctor.

Esse regulamento prohibia, ao mesmo tempo, aos actores e ás actrizes, o servirem-se de qualquer phrase desagradavel para o auctor e ordenava-lhes que expusessem claramente as suas razões e em termos honnêtes.

E' este o regulamento da *comédie française* de 1766 e com elle estamos perfeitamente d'accordo.

No interesse do comité de leitura do theatro de D. Maria parecia nos conveniente que houvesse esse tal examinador de peças, encarregado de ver se ellas merecem ou não ser submettidas ao comité para o poupar a ter que lêr centenaes de peças sem pes nem cabeça; no interesse dos auctores dramaticos é indispensavel que o voto secreto seja substituído, pelo voto responsavel e justificado, para que todos apreciem da justiça d'esse voto e da sua razão de ser, e para que ninguem, votando contra ou a favor da accepção d'uma peça, possa ter outro motivo senão o valor ou não valor d'essa peça.

E isto é tão logico, é tão claro, é tão simples, que esperamos que o novo regulamento do theatro de D. Maria, em relação a admissão de peças seja modificado n'esse sentido para interesse de todos, tanto dos julgados, como dos julgadores.

A respeito dos permanentes embaraços em que a empeza do theatro de D. Maria se vê de ha muito com os originaes que lhe enviam e com o seu contracto com o governo, pelo qual é obrigada a pôr as peças originaes que sejam dignas do theatro, esses embaraços ficam subsistindo da mesma maneira, porque do mesmo modo que os auctores recusados se revoltavam, até agora, contra a commissão directora que não acceitava os seus originaes, revoltar-se-hão d'aqui em diante, contra o comité de leitura que lh'os regeita.

A unica maneira de acabar com essas difficuldades seria a criação d'um comité formado por um representante da empeza, por um representante dos auctores dramaticos portuguezes, e por um representante do governo, para acceitar ou regeitar as peças originaes. E' verdade porém que esta maneira de acabar com as difficuldades tem em si uma difficuldade enorme, a de encontrar pessoas competentes que estivessem dispostas a arrostar gratuitamente com as massadas e os espinhos que essa commissão não podia deixar de ter.

A culpa dos embaraços em que se hade ver sempre a empeza do theatro de D. Maria com as peças desiguaes é da condição do contracto.

O governo quiz fazer alguma coisa em favor da litteratura dramatica portugueza e fez essa condição, que no fim de contas não a protege nada.

O theatro de D. Maria, exactamente por ser o primeiro theatro de Portugal, não pôde ser de nenhuma maneira um theatro para estreia de auctores dramaticos, sem graves prejuizos da empeza e até dos proprios auctores, porque o publico tem n'esse theatro, precisamente por ser o primeiro theatro do paiz, umas exigencias que não tem nos outros: os auctores tem que lutar com

ellas. Nada mais natural que muitos nas suas primeiras peças succumbam ante essas exigencias, como tem succumbido já, e muitas peças novas que n'outros theatros de inferior cathogoria, e perante um publico mais benevolo teriam feito o seu caminho, morrem em D. Maria á nascença, matando muitas vezes tambem o seu auctor como dramaturgo, que desgostoso, succumbido perante o fiasco, nunca mais pensa em theatro.

Ora é claro que o primeiro theatro d'um paiz nunca pôde ser um theatro para debutantes, um theatro para auctores dramaticos fazerem as suas primeiras armas.

Em toda a parte do mundo, nos primeiros theatros só entram as grandes obras e os grandes dramaturgos, e só excepcionalmente as primeiras obras são obras primas. Não se chega a grande dramaturgo sem se ter dado annos ao officio.

Lá fóra, os auctores debutam nos theatros secundarios, fazem ahi a mão, e depois de terem usado para serem mestres é que chegam aos primeiros theatros.

Em Lisboa não ha onde fazer essa aprendizagem, onde fazer a mão por causa das traducções.

Tendo ás suas ordens todo o repertorio no francez, hespanhol, italiano, os empezarios dos theatros secundarios difficilmente se arriscam a perder o seu tempo e o seu dinheiro com as primeiras tentativas theatraes d'auctores desconhecidos; d'ahi a affluencia de todos elles ao theatro de D. Maria unico, que pelo seu contracto com o governo, tem obrigação de os aturar, d'ahi as continuas polemicas e desaguisados entre a empeza que quer boas peças, porque o publico lh'as exige, e os auctores que querem ali estreiar-se porque é o unico theatro para onde os manda o governo.

O remedio a isto?

Parece-nos facil e não muito custoso n'este tempo d'economias, porque seria uma obra de justiça e de patriotismo, contra a qual ninguem se poderia insurgir ir buscar ao subsidio dado á opera italiana, uns contos de réis para subsidiar o theatro de D. Maria, para fazer d'elle um theatro modelo, e subsidiar modestamente qualquer theatro secundario obrigando-o a abrir a porta aos auctores novos que mostrassem vocação, aos artistas novos que mostrassem goito, creando assim uma especie de viveiro de auctores e de artistas que mais tarde, depois de feitos, iriam enriquecer o theatro de D. Maria e engrandecer a arte nacional.

A chronica vae extraordinariamente longa: entretanto não quero acabar a sem registrar aqui o meu agradecimento profundo aos excellentes artistas do theatro do Gymnasio que, com o seu notabilissimo desempenho, fizeram um grande e real successo da comedia em 3 actos *Em boa hora o diga*, que subiu ali pela 1.^a vez á scena, na noite de 29 d'abril, em beneficio do grande actor Valle.

Todos os artistas do Gymnasio, com Leopoldo de Carvalho, o seu illustre ensaiador, á frente, repetiram os prodigios de talento, de boa vontade, de dedicacão a que já me tinham habituado na *Sua Excellencia, nas Medicas*, e ainda no anno passado no *Commissario de Policia*, e todos elles, do primeiro ao ultimo papel, Barbara, Jesuina, Judith, Amelia Garraio, Juliana, Adelfa Nunes, Julia Moniz, Silveira, Virginia, Farrusca, Valle, Silva Pereira, Cardoso, Eloy, Marcelino Franco, Telmo, Ferreira, Amaral, Senna, mostraram que com bons artistas não ha papeis insignificantes, e que com bons soldados ganham-se todas as batalhas.

Gervasio Lobato.

A GUINÉ PORTUGUEZA

As gravuras que O OCCIDENTE hoje principia a dar aos seus leitores são na sua maioria particularmente referidas á ilha de Bolama da nossa Guiné.

A ilha de Bolama está no archipelago de Bijagoz, mede uns quinze kilometros de leste a oeste e seis kilometros e meio de norte a sul. Está na latitude de 11° 37' norte, e na longitude de 17° 49' oeste do meridiano de Paris.

O nosso infante navegador, o grande D. Henrique, fez reconhecer este archipelago bem como a costa até Serra Leoa, pelos seus navegadores Nuno Tristão e Alvaro Fernandes. O primeiro foi morto em um rio que tomou o nome de Rio

outras, seja qual fôr a epocha, sejam quaes forem os personagens que tomem parte na acção.

Quasi sempre os mesmos typos, os mesmos costumes e o mesmo arranjo de composição.

Além d'isso em todos elles ha uma falta pronunciada no estudo de vestuários e armaduras, provindo d'ahi anachronismos que não podem passar desapercibidos a quem é medianamente instruido em assumptos de archeologia artistica.

O quadro, por exemplo, que representa a «Alvorada de Ourique» parece-nos a copia de uma

nias muito frescas, de um colorido intenso e de uma verdade palpitante.

Dos outros notaremos ainda o das camelias em uma jarra, perfeitamente pintada.

No genero paisagem, é soberbo de vegetação o quadro intitulado «O meu quintal». Ha n'elle excellentes gradações de cor, bom ar e uma harmonia deliciosa de conjunto, ao qual dá uma nota interessante o encarnado do telhado que se destaca ao fundo.

O que não parece do mesmo pincel é aquelle «Sovereiro de Corciches» uma impressão patusca

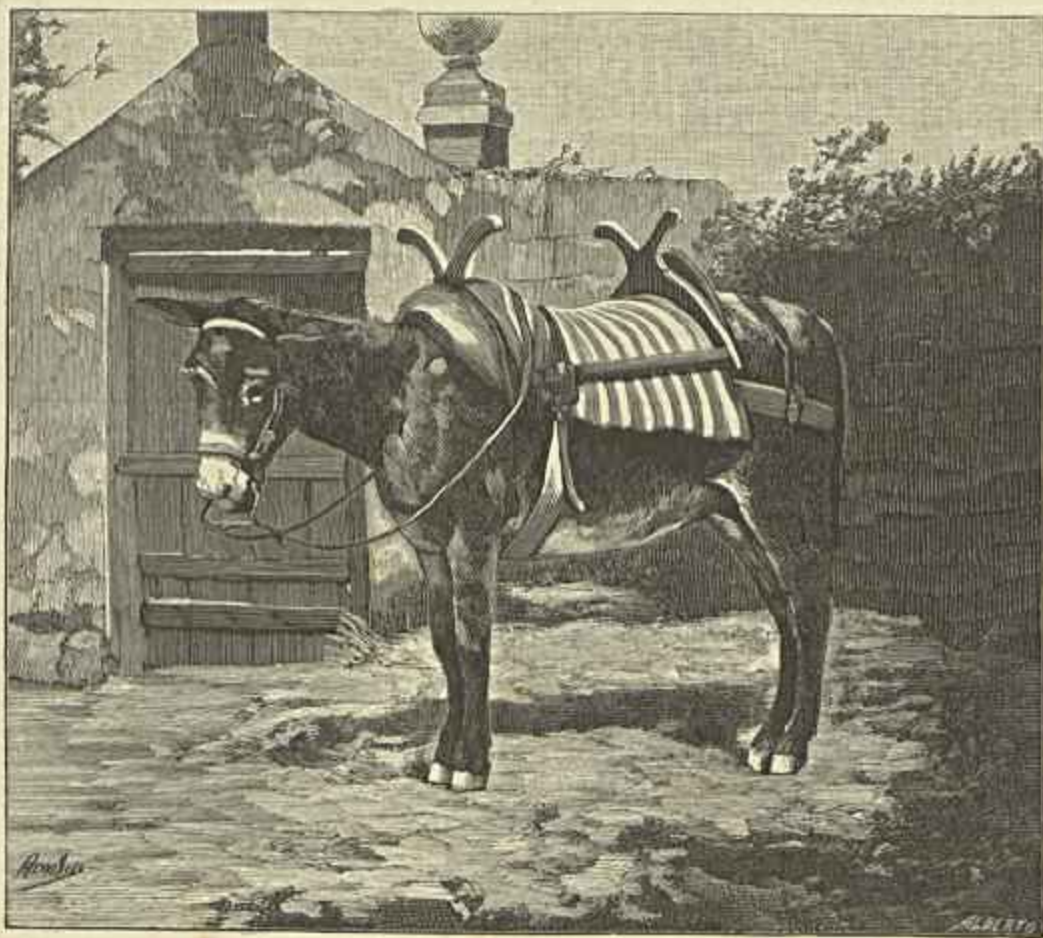
a physionomia do retratado não nos apresenta um aspecto demasiadamente rabiscado, como se nota n'este.

O sr. Giuseppe Celiui, pôde ser um bom professor de desenho industrial, mas o que não é de modo algum, é um pintor de quadros, apesar de todos os esforços que empanha para isso.

O seu quadro «Spés», é a verdadeira *machine* da actual exposição, quer pelas dimensões, quer pelo assumpto.

Imagine-se uma figura de mulher, sentada, de braços abertos, de olhos muito arregalados, como

EXPOSIÇÃO DO GREMIO ARTISTICO



UM JUMENTO — QUADRO DE S. M. A RAINHA D. AMELIA
(Segundo photographia)

d'essas estampas lythographicas que nos reproduzem o rei D. Affonso Henriques, com o seu typo venerando de Padre Eterno, de corôa na cabeça e montando o seu fogoso cavallo branco. Aquillo é de uma trivialidade e de uma falcidade desoladoras. O de «Martin de Freitas» está melhor disposto, mais agradável, mas com os mesmos defeitos e erros.

Antonio José da Costa, um já quasi veterano, tem sabido seguir os progressos da arte e é por isso que nos dá de vez em quando esses quadrosinhos muito agradáveis e de uma visão muito intelligente.

Dos seus quadros de flores, o melhor é o que representa um grupo de magnificas rosas e peo-

executada de um modo que nos fez lembrar os primeiros ensaios d'aquelles impressionistas enraivecidos que em tempo fizeram estalar de riso o Paris mundano.

Aquillo nem mesmo é um estudo. São meia duzia de pinceladas com pretensões a dar-nos ideia de uma cousa que não percebemos, por mais esforços que façamos.

Julio Costa apenas nos dá este anno um pequeno retrato em corpo inteiro, de Oliveira Alvarenga, redactor do «Jornal do Porto».

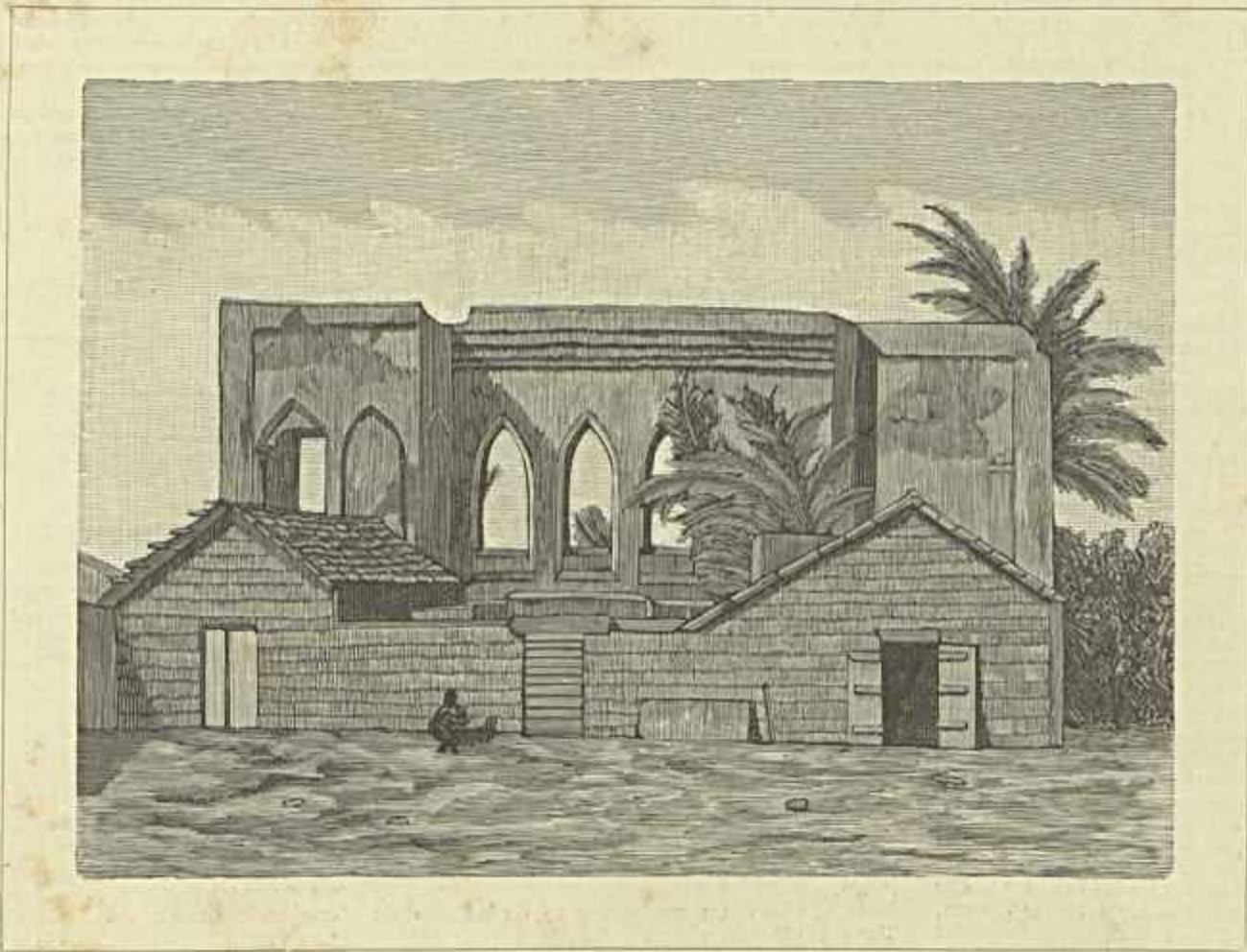
É um trabalho razoavel, de uma boa similhaça, mas que está longe da perfeição. N'este genero de retratos requer-se muito maior delicadeza de toque, uma correccão mais suave, para que

que espantada, vestindo tunica verde claro e manto verde escuro e tendo ao lado um candelabro de onde se ergue uma chama de fogo de artificio. Esta pobre de Christo está assim, muito bem disposta, no meio de um campo immenso juncado de caveiras e de ossadas humanas, de fazer arripiar.

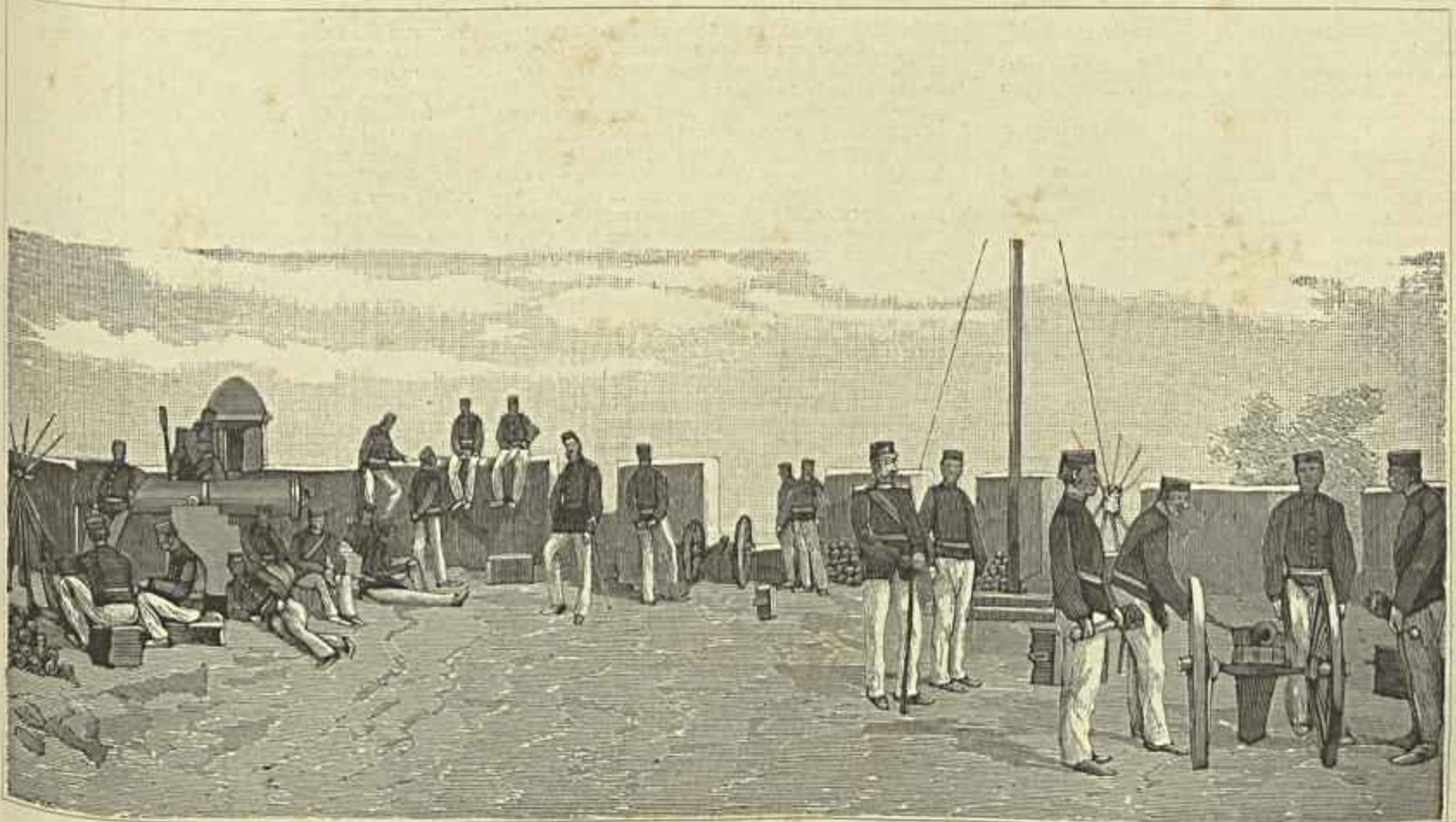
Alem do estranho do assumpto, a execução da figura e de um desenho incorrecto e sem merito. Tudo aquillo é amaneirado, de um aspecto que poderá illudir alguma basbaquice ignorante, mas que entristece uma vista bem educada.

Já vimos um jornal aconselhar a Camara Municipal a adquirir esse painel, para ser collocado em uma das capellas funerarias dos cemiterios

ACONTECIMENTOS DA GUINÉ PORTUGUEZA



AFRICA PORTUGUEZA: — RUINAS DO ANTIGO PALACIO DO GOVERNO, EM CACHEU
(Segundo photographia)



AFRICA PORTUGUEZA: — O FORTE DE CACHEU — CAÇADORES E ARTILHEIROS DA GUARNIÇÃO
(Segundo photographia)



REVISTA POLITICA

Por muito que a politica tivesse dado que fallar de si n'estes ultimos dez dias, nada impressionou mais vivamente o publico, do que o decreto de 7 do corrente, que auctorizou o Banco de Portugal a trocar as suas notas de ouro por prata.

Os decretos de economias do ministerio das Obras publicas e do ministerio da Marinha, as noticias contradictorias que tem corrido sobre as negociações com a Inglaterra, a occupação de Massakisse pelas tropas portuguezas e as intrigas de Cecil Rhodes, nada preoccupou tanto os espiritos como o tal decreto, que parecia destinado a tranquilisar o bom povo, ha muito desconfiado das finanças publicas.

Havia uma corrida mansa aos estabelecimentos bancarios, que se manifestava disfarçadamente no levantamento de alguns depositos e na troca de algumas notas a bom metal sonante, mas o decreto do dia 7 veio embravecer essa corrida e dar o toque de alarme para aquelles que ainda viviam no melhor dos mundos possiveis.

O decreto que tem um considerando assim: «Que, desaparecendo a desconfiança que tem produzido o retrahimento da avultada quantidade de moeda de ouro que as estatisticas aduaneiras mostram existir no paiz, deve a mesma moeda voltar a exercer as suas funções naturaes, facilitando as operações bancarias e as do thesouro:» fez, como era natural, augmentar a tal desconfiança, e o mesmo foi que largar em cheio fogo ao rastilho que ia minando lentamente e que afinal talvez se apagasse sem chegar a expluir.

Para isso toria sido preciso um pouco mais de serenidade e de arte, em ter previsto, quem o podia e devia prever, este defeito, providenciando a tempo sobre a crise que se aproximava, porque deresto havendo, como ha, muito ouro e prata no paiz, a propria conveniencia de quem o tem obrigaria a pol-o em circulação, para não se ver mais prejudicado ainda com o seu retrahimento.

As necessidades do movimento, que constitue a vida moderna, não permittem outra cousa, e so o panico de uma situação anormal é que produz esses retrahimentos forçados e impostos pelo egoismo humano do «salve-se quem poder.»

Ora o decreto do governo não podia ser mais de molde a fazer esse panico, e transformou em doença aguda a simples macação de que enfermava o nosso mercado monetario.

Não nos parece, portanto, que o governo procedesse acertadamente levando as cousas ao ponto de ter que publicar o decreto, o qual mostra que as necessidades do thesouro é que a isso o levaram, pois o decreto é precedido d'estas palavras:

«Não podendo o thesouro, em presença das circunstancias excepcionaes em que se acham as praças monetarias do paiz pelo retrahimento dos capitães, prescindir de elevar temporariamente a sua conta de credito no Banco de Portugal, enquanto não se ultima a cobrança do producto do emprestimo auctorisado pela carta de lei de 23 de março do corrente anno, e considerando»

Para isto não valia a pena ter-se votado com tanto sacrificio e em condições tão deprimentes e ao mesmo tempo tão nobolosas, o grande emprestimo com que o governo contava evitar uma crise maior no paiz!

Como se explica que n'um periodo de pouco mais d'um mez, que tanto tempo ha que se votou o emprestimo destinado a satisfazer os encargos da divida fluctuante, o governo vê-se na necessidade de augmentar a conta de credito no Banco de Portugal, e necessidade tal que não se importou com o alarme que ia levantar publicando o decreto do dia 7?

Não podemos acreditar uma versão que principiou a correr, de que o governo para auxiliar o Banco Lusitano, cujas precarias circunstancias são já conhecidas do publico, lhe abonara grossas quantias, desabonando assim o thesouro.

Isto seria aceitavel se o thesouro podesse prestar esse auxilio sem prejuizo dos seus encargos immediatos, mas sacrificar a vida economica d'um paiz nos creditos de uma casa bancaria, não é coisa que se acredite nem se aceite, por isso deixamos de quarentena o boato.

Seja, porém, como for, o facto é que o decreto appareceu e que as suas consequencias já se fazem sentir de tal modo, que não sabemos bem se as

ração do retrato de El-Rei D. Luiz, fundador d'este instituto de beneficencia e que mais influencia para a sua prosperidade com a valiosa protecção que lhe dispensou.

Para esta sessão foi convidada a imprensa da capital assim como as familias dos socios e outras pessoas, sendo assim muito concorrida esta reunião de cavalheiros e damas as quaes enbelezaram aquella singela solemnidade com a sua presença.

Pelas 2 horas da tarde chegaram Suas Magestades e em seguida foi aberta a sessão por El-rei que deu a palavra ao sr. Conde de Valenças, secretario da direcção do albergue e relator.

O sr. Conde de Valenças fez a leitura do elogio de El-Rei D. Luiz, de que se achava inaugurado o retrato na sala.

N'este elogio, que é mais um bello trabalho litterario do illustre academico, faz-se a apreciação do fallecido monarcha sob o ponto de vista do homem de coração e do artista, educado por uma mãe virtuosa e retemperado na grande vida do mar, onde a alma se expande na imensidade do

oceano como na imensidade da natureza e onde a porcella ou a bonança, verdadeiros espelhos da realidade da vida, fazem conhecer ao coração todas as alegrias e todas as dores que acompanham a humanidade. E é assim que se formam as grandes almas e os bons corações, qualidades que se encontravam no fallecido rei que acima de tudo era bom e a bondade é uma força, como muito bem concluiu o auctor do elogio.

Feito o elogio do fundador d'aquelle hospicio de caridade, o sr. conde seguiu a ler o relatorio correspondente aos ultimos dois annos de existencia do albergue, em que a par dos beneficios inumerados mostra a escrupulosa administração que tem feito prosperar esta casa de caridade, consolidando as bases em que foi lançada e garantindo-lhe um largo futuro como é para deixar a instituição tão util.

Assim nos dá a conhecer que nos nove annos de existencia do Albergue Nocturno, tem este tido de receita geral 126:087\$363 reis e de despeza, incluindo a compra da casa onde actualmente funciona 35:733\$800 réis, o que bem mostra o zelo com que tem sido administrado e a valiosa protecção com que tantos tem beneficiado esta instituição de caridade.

Ascende a 24:776 o numero de individuos que ali tem sido recebidos até 31 de Dezembro de 1800, entre nacionaes e estrangeiros de ambos os sexos, e 124:451 os agasalhos ministrados.

Esta tão util e caridosa instituição tem servido de modelo a mais tres hospicios semelhantes no paiz e ao asylo nocturno de Turim que copiou a lei e regulamento dos Albergues Nocturnos de Lisboa, para o que foi em tempo enviado ao cavalheiro Paulo Meilli os estatutos e relatorios d'esta instituição portugueza.

Não param, porém, aqui os beneficios dos Albergues Nocturnos de Lisboa, porque já em vida de El-rei D. Luiz, o bondoso rei manifestara o desejo que a este estabelecimento se juntasse uma escola de ensino profissional, o que não se chegara ainda a realisar por circunstancias economicas que aconselhavam prudencia nas despezas, mas que vae agora pôr-se em pratica por assim o permittirem as condições desafogadas em que se acha o albergue.

O sr. conde de Valenças depositou nas mãos de El-Rei D. Carlos os projectos e regulamentos para a referida escola que vae tratar-se de organizar, completando-se assim os desejos do seu fundador e não menos os do digno relator, que, como se sabe, tem sido um dos mais devotados apóstolos da instrucção publica.

Adolpho, Modesto & C.^a — Impressores
R. Nova do Loureiro, 25 a 43



NO BOM JESUS DE BRAGA — GRUTA NO PARQUE

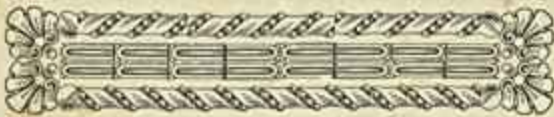
(Segundo photographia)

cousas ficarão por aqui, ou se serão precisas novas providencias, por ventura mais *precedentes* do que o tal decreto.

E tanto nos temos alargado com o assumpto, que aliaz é do maior interesse, que não nos fica espaço para fallarmos dos shismas que vão apparecendo entre os partidos monarchicos, principiando pelo sr. Marianno de Carvalho que parece querer formar igreja separada.

Na proxima revista fallaremos d'esta separação, se as medidas financeiras derem licença.

João Verdades.



RESENHA NOTICIOSA

ALBERGUES NOCTURNOS. — Celebrou-se hontem nos Albergues Nocturnos de Lisboa, na sua nova casa da rua da Cruz dos Povaes, uma sessão solenne presidida por Suas Magestades El-Rei D. Carlos e Rainha D. Maria Amelia, para a inaugu-